



Legal da Empresa, Sr. ADEHEMAR GONÇALVES PEREIRA NETO estar em lugar ignorado, pelo presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede da 25ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, sito no endereço da Rua Santos Barreto, 161/10º andar, na cidade de Belo Horizonte, FICA INTIMADO O REPRESENTANTE LEGAL ACIMA NOMINADO para, querendo, no prazo de 05(cinco) dias, opor Embargos à Alienação Particular realizada nos autos (em relação aos Termos de Alienação Por Iniciativa Particular de fls. 400 /403). E, para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei.

FREDERICO GUILHERME PICLUM VERSOSA GEISS - PROCURADOR-CHEFE DA SUPERINTENDÊNCIA DA REGIONAL DO SUDESTE, EM EXERCÍCIO EM CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

FREDERICO GUILHERME PICLUM
VERSOSA GEISS
Procurador- Chefe Regional
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/ADSU/SRSU/2013

A INFRAERO comunica aos interessados que a data da abertura do PREGÃO ELETRÔNICO nº 201/ADSU/SRSU/2013, marcada para o dia 23/09/2013, foi ADIADA para às 9h do dia 04/10/2013, com fase de lances às 10h do mesmo dia, no mesmo local anteriormente divulgado. As alterações procedidas no Edital e Anexos estão disponíveis no site da INFRAERO: www.infraero.gov.br e no site do Banco do Brasil: www.licitacoes-e.com.br. Informações na Coordenação Regional de Licitações pelo fone: (51) 3358-2127, fax: (51) 3358-2373, ou pelo e-mail: licitapa@infraero.gov.br.

IEDA GIONGO
Coordenadora Regional de Licitações

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2013

Objeto: Chamamento público para fins de seleção de projetos de extensão rural e de aplicação prática nas áreas de melhoramento genético, boas práticas pecuárias e bem estar animal das cadeias pecuárias para apoio ao Programa - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, nas linhas de ações - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias e Assistência Financeira às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas da Secretaria requisitante:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado neste ato pelo seu Ministro de Estado, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, torna público que está procedendo a chamamento público para fins de seleção de projetos de extensão rural e aplicação prática para celebração de convênios, que se processará em conformidade com as disposições do Decreto 6.170 de 25/07/2007 e da Portaria Interministerial Nº507 de 24/11/2011 e suas respectivas alterações.

1. OBJETO

O presente edital tem por objetivo realizar o Chamamento Público para seleção de propostas de projetos de extensão rural e aplicação prática nas áreas de melhoramento genético, boas práticas pecuárias e bem estar animal das cadeias pecuárias a serem apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos para celebração de convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir do Programa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização-2014 por meio:

1- do plano orçamentário - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias , que tem como descritor no PPA "Formalizar parcerias visando a implantação, capacitação e difusão de sistemas de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal; apoio financeiro a estudos objetivando elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas as cadeias pecuárias; apoio logístico ao reconhecimento de raças de interesse zoogenético no Brasil", cuja base legal encontra-se resumida a seguir: "Anexo I, art. 1º, item II, do Decreto nº 4.629/2003; Resolução do Senado Federal nº 75/95, publicada em 18/12/1995; Art. 2º da Lei nº 4.716/1965, regulamentada pelo Decreto nº 58.984/1966; Cap. II, Item 1, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47/1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09/1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45/1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45/1987; Cap. V, art. 17, da Portaria nº 22/1995; Lei nº 7.291/1984 e Decreto nº 96.993/1988; Instrução Normativa nº 27, de 30/08/2010";

2- da ação orçamentária, Assistência Financeira às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas, que tem como descritor no PPA "Melhoria técnica e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoramento zootécnico; pesquisa em nutrição, em agrostologia, em veterinária e em zootecnia; diagnóstico, erradicação e controle de doenças; execução de levantamentos e análises estatísticas; melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais do turfe;

melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas" e base legal "Lei nº 7.291, de 1984 e Decreto nº 96.993, de 1988".

2. JUSTIFICATIVA

Cabe ao MAPA, como órgão da administração pública federal direta, apresentar à sociedade os seus programas de fomento e, observando-se o limite de sua competência regimental, selecionar, de forma democrática e transparente, os projetos passíveis de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de se alcançar plenamente os objetivos de sua missão institucional.

As cadeias produtivas da pecuária compõem uma fatia significativa do agronegócio brasileiro, sendo este fundamental para a economia do país, pois representa aproximadamente dois terço do PIB brasileiro e tem dado grande contribuição às exportações de commodities e produtos agro-industriais. O Brasil caminha para se tornar uma liderança mundial no agronegócio e para consolidar nessa atividade é preciso ampliar sua competência para atuar de modo eficiente no controle das cadeias de produção agropecuária de modo a garantir qualidade e segurança dos produtos de forma sustentável. Já exportamos para mais 180 países, no entanto poderemos conquistar novos mercados, mas para isto precisamos alcançar padrões elevados de qualidade, de segurança e sustentabilidade, mantendo assim a competitividade no mercado internacional.

A produção brasileira de leite tem evoluído significativamente nos últimos anos. No entanto, juntamente com o crescimento da produção de leite sob inspeção, cresceu também a produção de leite clandestino. Este fato é preocupante, pois com o crescimento da produção de leite informal, tem propiciado aumento do consumo de produtos clandestinos e, conseqüentemente de produtos de baixa qualidade, podendo comprometer a saúde da população. Realizando uma análise das estatísticas da produção de leite, verifica-se que produtividade média do rebanho nacional é da ordem de 1.237 litros/vaca/ano com significativas diferenças regionais, variando de um mínimo de 309 a 2.321 litros/vaca/ano e, ainda continua sendo uma das mais baixas do mundo, se comparadas a de outros países, como Estados Unidos, Canadá e Países Baixos, que é de 8.226, 7.472 e 6.786 litros/ vaca/ano, respectivamente. Uma das razões para essa baixa produtividade se deve à má administração das propriedades rurais, que implica desde o uso incorreto dos insumos, aumentando os custos de produção, até o manejo inadequado do rebanho e principalmente qualidade genética do nosso rebanho muito aquém dos países de primeiro mundo.

O Brasil ocupa uma posição de destaque na produção de carne no mercado internacional, firmando-se nos últimos anos como o maior exportador mundial. Possui também, o maior rebanho bovino comercial do mundo, e detém negativamente o maior potencial de aumento e diversificação de produção e exportação; além de ser o único país capaz de aumentar ou até dobrar a produção e exportação de carnes sem afetar seu próprio mercado interno. Essa capacidade poderá ser baseada na melhoria dos índices de produtividade, na recuperação de pastagens degradadas por meio da integração de lavoura, pecuária e silvicultura e outras tecnologias, além da incorporação dos avanços tecnológicos nas áreas de melhoramento genético e da reprodução. No entanto, o desafio consiste em transformar estas tecnologias em aumento da renda do produtor rural, sem perder a competitividade da cadeia da carne bovina, levando em conta as questões ambientais, sociais e de qualidade e inocuidade da carne.

Quanto ao bem estar animal, há de se ressaltar que as pesquisas tem evidenciado vantagens econômicas com adoção das práticas de manejo racional e de bem-estar. Ademais, existe um movimento expressivo dos consumidores para que os países produtores de bovinos, suínos e de aves comecem a cumprir padrões mínimos de bem-estar animal. A adoção dos princípios das boas práticas de manejo, além de melhorar os atributos da carne, proporciona também maior eficiência econômica da propriedade, seja na facilitação do manejo dentro da propriedade como também em maior rendimento de carcaça e qualidade da carne. No entanto, muita informação ainda precisa ser gerada neste tema, além da necessidade de criar políticas públicas para a incorporação das práticas de bem estar no manejo das propriedades, no transporte e nos abatedouros.

O Brasil possui o terceiro maior plantel de eqüídeos no mundo, com aproximadamente 6 milhões de cabeças, ficando atrás apenas da China e do México. Atualmente estima-se que a criação de cavalos envolve direta e indiretamente 1.000.000 (hum milhão) de empregos, sendo 200 (duzentos mil) de forma diretamente. As associações de criadores e entidades turfísticas e hípcas contribuem de forma relevante para o desenvolvimento e fomento da equideocultura nacional, promovendo o melhoramento genético das raças por meio do registro genealógico e de provas de desempenho e funcional.

Diante do exposto, o MAPA objetiva com este chamamento público, buscar a melhoria da competitividade das cadeias produtivas pecuárias, a qualidade e a segurança dos produtos e das matérias-primas de origem animal, por meio de apoio a projetos de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal.

3. ABRANGÊNCIA E PÚBLICO BENEFICIÁRIO

3.1 - A abrangência desta chamada pública é nacional.

3.2 - O público beneficiário a ser contemplado será constituído por entidades privadas sem fins lucrativos ligadas ao agonegócio com experiência comprovada no tema da proposta.

4. RECURSOS DISPONÍVEIS E CONTRAPARTIDA

Para fins deste edital será disponibilizado o montante total de R\$ 1.037.181,00 (um milhão e trinta sete mil e cento oitenta um reais). Desde montante, a quantia de R\$ 274.416,00 (duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e dezesseis reais) será proveniente da Ação Orçamentária - Assistência Financeira às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas para apoiar as propostas apresentadas por Entidades Turfísticas e Associações de Criadores de Equinos; o valor de R\$ 392.765,00 (trezentos e noventa dois mil e setecentos e sessenta e cinco reais) será oriundo do plano orça-

mentário - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias para apoiar as propostas da cadeia produtiva da equideocultura; e a quantia de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil) será também procedente do plano orçamentário - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias para apoiar as propostas das demais cadeias produtivas discriminadas nesta chamada. As propostas deverão ter o valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

As entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar contrapartida de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A contrapartida será calculada sobre o valor total do projeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, conforme estipulado no plano de trabalho.

5. CRONOGRAMA DE RECEBIMENTO, SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

As propostas de projeto deverão ser inseridas no Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV no período de 23/09 até 18/10/2013. Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o MAPA não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos. Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, examinada e julgada.

O prazo de análise das propostas será de 21/10 a 22/11/2013. O resultado final será divulgado em 30/11/2013 na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br), na área de convênios e no Portal de Convênios - SICONV (www.convênios.gov.br).

Data limite para inserção de propostas no SICONV	18/10/2013
Período de análise e julgamento da Comissão Avaliadora	De 21/10 a 22/11/2013
Divulgação dos resultados na página eletrônica do MAPA e no SICONV	30/11/2013

6. ENQUADRAMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas devem conter:

- Carta de Apresentação do projeto direcionada ao Ministro de Estado do MAPA, indicando o título do projeto e o nome do proponente, que deverá ser assinada pelo seu representante legal;
- Projeto Técnico contendo informações que caracterizam a proposta do projeto, memória de cálculo e plano de trabalho assinado acompanhado do currículo da Entidade Proponente em conformidade com item 6.1 e 6.2;
- Cópia autenticada do estatuto da entidade proponente ou equivalente;
- Cópia autenticada da Ata da posse da atual diretoria;
- demais documentos constantes do anexo I.

Somente serão aceitos projetos nas áreas temáticas definidas no item 6.1, devendo estes conter as informações definidas no item 6.2, em formato de PDF, na aba correspondente (anexo) no SICONV.

6.1- Áreas temáticas

- Programas Nacionais de Melhoramento Genético das cadeias de bovinos, ovinos, caprinos e equinos.
- Programas de Boas Práticas Pecuárias nas cadeias de bovinos, ovinos, caprinos, aves, suínos, eqüinos e abelhas.
- Bem-estar animal nas cadeias de bovinos, ovinos, caprinos, eqüinos, suínos e aves.

6.2. As propostas apresentadas no SICONV deve conter no mínimo:

- identificação da proposta;
- qualificação do principal problema a ser abordado;
- descrição do objeto e metas a serem alcançados;
- metodologia a ser empregada;
- principais contribuições técnicas da proposta, incluindo o número de beneficiários diretos e indiretos;
- itens pleiteados e orçamento detalhado;
- cronograma físico-financeiro;
- contra-partida em conformidade com a Lei;
- identificação dos demais participantes do projeto;
- grau de interesse e comprometimento de empresas com o escopo da proposta, quando for o caso;
- indicação de colaborações ou parcerias;
- disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto;
- estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros;
- cronograma de desembolso vinculado às respectivas etapas e metas a serem atingidas;
- indicar se a execução do objeto será da própria entidade ou prevê contratação de terceiros;
- informações relativas à capacidade técnica e gerencial do Proponente para a execução do objeto;